

# Educação sob a égide do neoliberalismo: Projeto de Vida e a fragilização da formação integral

*Education under the aegis of neoliberalism: the life project and the weakening of integral formation*

Adriège Matias Rodrigues <sup>[a]</sup> 

João Pessoa, PB, Brasil

[a] Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Regina Alice Rodrigues Araújo Costa <sup>[b]</sup> 

João Pessoa, PB, Brasil

[b] Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Ana Cláudia da Silva Rodrigues <sup>[c]</sup> 

João Pessoa, PB, Brasil

[c] Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

**Como citar:** RODRIGUES, Adriège Matias; COSTA, Regina Alice Rodrigues Araújo; SILVA RODRIGUES, Ana Cláudia da. Educação sob a égide do neoliberalismo: Projeto de Vida e a fragilização da formação integral. Revista Diálogo Educacional, Curitiba: PUCPRESS, v. 25, n. 84, p. 106-122, 2025. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.25.084.DS06>

## Resumo

O artigo busca analisar criticamente como os valores neoliberais influenciam o componente curricular Projeto de Vida, inserido na Reforma do Ensino Médio. A partir de uma abordagem teórico-metodológica fundamentada em Foucault e na análise de políticas educacionais de Stephen Ball, o estudo investiga como o discurso neoliberal molda a proposta pedagógica do Projeto de Vida, destacando a ênfase na responsabilização individual e na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. A pesquisa evidencia a tensão entre a formação integral

[a] Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [adriegerodrigues@gmail.com](mailto:adriegerodrigues@gmail.com).

[b] Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [re.rodrigues.araujo@gmail.com](mailto:re.rodrigues.araujo@gmail.com)

[c] Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [anaclaudia@ce.ufpb.br](mailto:anaclaudia@ce.ufpb.br)

preconizada pelas diretrizes educacionais e a prática que prioriza competências relacionadas à produtividade e ao empreendedorismo de si. O artigo argumenta que essa orientação enfraquece a dimensão crítica e humanista da educação, transformando o espaço escolar em um meio de reprodução das lógicas do capital.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Projeto de vida. Empreendedorismo de si.

## **Abstract**

*The article seeks to critically analyze how neoliberal values influence the Life Project curriculum component, included in the High School Reform. Using a theoretical-methodological approach based on Foucault and Stephen Ball's analysis of educational policies, the study investigates how the neoliberal discourse shapes the Life Project's pedagogical proposal, highlighting the emphasis on individual responsibility and preparing students for the job market. The research highlights the tension between the comprehensive training advocated by the educational guidelines and the practice that prioritizes skills related to productivity and self-entrepreneurship. The article argues that this orientation weakens the critical and humanist dimension of education, transforming the school space into a means of reproducing the logics of capital.*

**Keywords:** Neoliberalism. Life project. Self-entrepreneurship.

---

## Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente como os valores neoliberais permeiam o componente curricular Projeto de Vida, inserido na Reforma do Ensino Médio. Pretende-se discutir de que maneira essa abordagem reforça a individualização das responsabilidades e incentiva a formação de sujeitos voltados para a empregabilidade e o empreendedorismo, em detrimento de uma educação integral e emancipatória.

O componente curricular Projeto de Vida aparece na Lei nº 13.415/2017, art. 3º-A, §7º, da seguinte maneira “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Brasil, 2017), porém, a discussão não é aprofundada, sendo mencionada apenas neste trecho sob a ideia de que os jovens do ensino médio, a partir das orientações da política, deverão construir seus projetos de vida durante o percurso desta etapa da educação básica. No que corresponde a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) a temática é abordada de diferentes formas, em momentos dentro das competências gerais; outro na justificativa; em componentes curriculares específicos e em competências por áreas do conhecimento, mas no que configura o componente curricular, não há menções aprofundadas sobre a temática.

Desse modo, não existe uma definição ou direcionamento dos aspectos teóricos- metodológicos nos documentos mencionados sobre o componente curricular PV, o que fragiliza a discussão, pois a inclusão do componente na matriz curricular das escolas implica questões que perpassam a conceptualização de juventudes, de aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros que compõem a diversidade do nosso país. Essa ausência de aprofundamento teórico e de desdobramentos conceituais específicos abre margem para variadas formações discursivas (Foucault, 1986), a partir de distintas perspectivas e de diferentes influências sócio-históricas.

A Reforma do Ensino Médio trouxe a proposta do Projeto de Vida como parte do currículo, promovendo uma formação que enfatiza o autogerenciamento e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. No entanto, isso levanta questões críticas: Como o Projeto de Vida pode estar contribuindo para a criação de uma subjetividade centrada na performance e na competitividade? A investigação busca compreender como essa política, instituída a partir da Lei nº 13.415/2017, vem moldando os estudantes como “empreendedores de si” e transferindo para eles a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso na inserção no mercado de trabalho.

Portanto, como aspectos metodológicos, neste trabalho analisamos os achados a partir da Análise do Discurso de Foucault (1999). Nesse sentido, ao nos debruçarmos na perspectiva da governamentalidade, Foucault introduz o conceito para descrever como o poder neoliberal se manifesta na vida cotidiana. A governamentalidade neoliberal incentiva os indivíduos a se tornarem sujeitos empreendedores, continuamente otimizando suas habilidades e ações para maximizar sua competitividade. O PV, no contexto da Reforma do Ensino Médio, pode ser interpretado como um dispositivo que integra essa lógica de governamentalidade. Ele encoraja os estudantes a se verem como responsáveis por seu próprio desenvolvimento, transformando-se em “produtos” geridos de maneira eficiente para atender às exigências do mercado.

## O neoliberalismo na educação

As políticas educacionais têm sido direcionadas a partir de redes colaborativas. Desde meados dos anos 1980, essas redes de ligações estão formulando ideias e disseminando projetos para a educação, como exemplo, no Brasil, temos Atlas Network, Instituto Liberdade, Todos pela Educação,

Fundação Lemann e outros. Essa rede de mantenedores e apoiadores da educação tem representado a diversidade de participantes que vão desde as *think tanks* (institutos, organizações, pesquisadores-consultores que se dedicam a produzir e definir conhecimentos sobre temas políticos, científicos ou econômicos) até grupos que não estão diretamente ligados a educação (empresas, bancos, associações, fundações, rede de televisão).

A experiência brasileira com as *think tanks* iniciou-se na década de 1980, com a participação de setores da burguesia, os quais estavam insatisfeitos com a Nova República e com as consequências de deliberações que aprovaram a Constituição de 1988. Todo processo histórico da organização, da estruturação e do modo de operação se deram desde a redemocratização do país. Esse processo inicial foi liderado por empresários ligados a grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, além de contar com as organizações precursoras, tais como o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE).

O IEE, desde 1988, organiza o Fórum da Liberdade, que é um importante evento que ocorre anualmente no Brasil e na América Latina, auxiliando na ampliação da rede e incentivando a preparar novas lideranças, com base nos conceitos de economia de mercado e livre iniciativa. No mais, uma das principais atribuições do IEE é a formação dessas lideranças com capacidade empreendedora.

Outra entidade que figura no rol de *think tanks* brasileiras é a Fundação Lemann (FL), que de acordo com o site<sup>1</sup> é uma organização de filantropia familiar, sem fins lucrativos que colabora com iniciativas para a educação pública em todo o Brasil. Nascida em 2002, atua com dois pilares, sendo esses a educação e lideranças. A FL é umas das instituições privadas mais atuantes no campo da educação no Brasil.

Também merece destaque um instituto liberal que exerce grande influência no Brasil, o Instituto Milenium (IMIL), fundado em 2005 e lançado em 2006 no fórum da Liberdade, conta com a participação e influência de empresários e a mídia tradicional, reúne formadores de opinião e intelectuais de direita, estes produzem conteúdos que são disseminados por todos os tipos de mídias. O IMIL<sup>2</sup> “com um quadro de formadores de opinião e influenciadores, o *think tank* promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, com liberdade individual, economia de mercado, democracia representativa e Estado de Direito” (Instituto Milenium, 2023).

Gross (2004, p. 145) ressalta que,

[...] os Institutos Liberais dedicam-se à atividade política e ideológica de defesa e divulgação dos preceitos do neoliberalismo. Para isso, desenvolvem um trabalho de dupla natureza: doutrinação ideológica entre as elites brasileiras, especialmente aqueles segmentos considerados formadores de opinião – universitários, jornalísticos, políticos, militares, jurídicos e intelectuais em geral; e formulação de estudos e propostas de projetos de políticas públicas de cunho liberal.

Nesses aspectos, também destacamos o Instituto Mises Brasil (IMB), fundado em 2007, que é o alicerce das perspectivas extremistas, assentados em abordagens de fundo ético. Além desse, podemos destacar outras organizações mais recentes, como os Estudantes pela Liberdade (EPL), Movimento Brasil Livre, e, por fim, o Brasil Paralelo (BP). Essas organizações têm refletido a ação política de uma nova geração de ativistas de direita/extrema-direita no Brasil, pautados pela defesa da racionalidade neoliberal em diversos espaços da sociedade (mídia, saúde, educação, governo, etc.).

<sup>1</sup> Site da Fundação Lemann: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>

<sup>2</sup> Site do Instituto Milenium: <https://www.institutomillenium.org.br/sobre-nos/>

No âmbito da educação, essas entidades têm se direcionado de diferentes maneiras para o campo das políticas educacionais brasileiras: investimentos no setor privado, articulação com grupos empresariais, financiamento de centros de formação educacional, formação de bancadas legislativas, apresentação de projetos de lei, dentre outras. É necessário ressaltar que a concepção de educação dessas organizações, principalmente as precursoras, se constituem tanto de argumentos neoliberais como neoconservadores.

Ao mesmo tempo em que essas instituições defendem o enxugamento do Estado no que se refere ao investimento em educação pública e apresentam propostas de concessão de *vouchers* (Brasil, 2022) para custear a educação básica na seara privada; promovem o lema ‘meus filhos, minhas regras’, e se contrapõem as discussões sobre gênero, sexualidade (Brasil, 2015), religiões de matrizes africanas, direitos humanos, inclusão, dentre outras pautas de caráter antidiscriminatório; defendem os ideais de educação baseada em competências e habilidades, escolhas dos sujeitos, campos de experiências, projeto de vida, formação empreendedora, tecnicista; e promovem ataque a teóricos educacionais brasileiros renomados, como o Paulo Freire (Brasil, 2019); dentre outros discursos.

Um exemplo é o relatório do Instituto Millenium, intitulado “Um plano Robin Hood para educação no Brasil: uma estratégia para melhorar a equidade e a qualidade do ensino sem aumentar o gasto público” (Santos, Camargo, Regazzini, s.d.). A ideia principal, é indicar novos caminhos para a educação pública, fazendo uso fortemente do setor privado para acentuar essa ‘qualidade’ do ensino no país. Por isso, sugerem o programa de *vouchers*, como um caminho alternativo para que não haja necessidade de um aumento de recursos nesse setor.

Ainda de acordo com o relatório, para que o programa tenha sucesso, “o primeiro princípio a ser respeitado é o da simplicidade: o Estado deve se limitar tão somente a repassar o valor do *voucher* para as famílias, sem estabelecer regras ou condicionantes muito detalhadas para as escolas ou para as famílias” (Instituto Millenium, 2023, p. 3). Ademais,

[...] as escolas devem estar livres para negociar preços e condições com as famílias. Só assim os mecanismos de livre mercado poderão atuar de forma a promover uma competição franca entre as diversas escolas e, assim, possibilitar a ocorrência de lucros apenas marginais para os ofertantes, que devem estar em permanente competição – o que é próprio de um mercado com ampla concorrência. É justamente a competição entre os ofertantes para satisfazer os seus clientes – no caso, os estudantes e suas famílias – que servirá como motor para uma melhoria contínua de qualidade no ensino (Instituto Millenium, 2023, p. 3).

Os ideais defendidos nesse relatório demonstram o que Laval (2019) aponta como o argumento da ideologia neoliberal no que se refere à ingerência do Estado na educação, em que questiona a própria intervenção do estado na oferta de ensino. O autor analisa que, segundo essa doutrina não há nenhuma razão para que os benefícios que são esperados no mercado e na concorrência, em especial no que se refere ao desempenho, não possam ser esperados do meio escolar, desse modo, Laval (2019) observa que essa concepção leva a uma visão da escola, seja ela pública ou privada, como uma empresa sob concorrência que tem por intuito atrair clientes através de ofertas.

O neoliberalismo, de acordo com Brown (2016), é melhor entendido não apenas como política econômica, mas como uma racionalidade governante que dissemina valores e métricas de mercado para todas as esferas da vida e interpreta o próprio humano exclusivamente como *homo oeconomicus*. O neoliberalismo, portanto, não apenas privatiza – entrega ao mercado para produção e consumo individual – o que antes era apoiado e valorizado publicamente. Em vez disso, formula tudo, em todos os lugares, em termos de investimento e valorização de capital, incluindo e especialmente os próprios humanos.

[...] trata-se de desdobrar o modelo econômico, o modelo oferta e procura, o modelo investimento-custo-lucro, para dele fazer um modelo das relações sociais, um modelo da existência, uma forma de relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com seu círculo, com o futuro, com o grupo, com a família (Foucault, 2008, p. 332).

Para Reis (2020, p. 1077), “a emergência da razão neoliberal marca, portanto, um deslocamento notório nas práticas de governo”, pois, o “mercado *homo oeconomicus* substitui, assim, no modelo proposto por essa racionalidade econômica, o paradigma soberania-sujeito de direito, binômio que por longo tempo ofereceu o fundamento da teoria política clássica”. Sendo assim, o mercado econômico passa a ser regulador social das políticas governamentais.

Nesse contexto de análise, Dardot e Laval (2016) caracterizam o neoliberalismo como uma nova governamentalidade, que direciona as instituições e a conduta dos indivíduos mediante “um sistema normativo, que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Um ponto importante que Brown (2016) destaca é que essa nova orientação normativa se dá em nome e nas margens de manobra associadas à liberdade individual na ordem capitalista e no âmbito de uma democracia liberal. Em outras palavras, ela governa por meio da liberdade e opera nas margens segundo as quais os indivíduos atuam, ensejando que eles próprios se conformem a ela (Brown, 2018). O conteúdo genérico dessa normatização tem por base a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Dessa forma, as influências desses atores e dos organismos multilaterais tem sido evidenciada na educação brasileira desde o início do século XXI, mas a partir do processo de ruptura democrática vivenciado em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, um novo capítulo da agenda neoliberal se instaura na sociedade brasileira. É nesse período de fragilidade política que se apresenta a Reforma do Ensino Médio, como materialização dessa influência neoliberal, ao mesmo tempo que temos o desdobramento dessa medida como um ataque ao próprio direito à educação, pois “os processos de reforma educacional e melhoria da escola e da turbulência política concomitante são todas oportunidades de negócios para empresas de serviços educacionais” (Ball, 2014, p.157). Assim, daremos ênfase a essa discussão no próximo tópico.

## **O discurso neoliberal no componente curricular projeto de vida**

A análise política de Foucault sobre a racionalidade neoliberal procura entender o surgimento e o impacto dessa lógica na sociedade, observando a teoria do capital humano como uma de suas expressões mais genuínas. Segundo Foucault referência (1986), a teoria do capital humano revela que, ao longo dos anos, as políticas se voltaram para a exploração da “mais-valia” derivada do trabalho, o que impactou a maneira de gerir a relação entre governantes e governados. Com a ascensão do neoliberalismo, essa racionalidade começa a afetar diversas esferas da vida social, inserindo a lógica de mercado em âmbitos até então distantes da economia, alterando, assim, a forma de pensar as políticas públicas e os relacionamentos sociais, de modo que indivíduos são incentivados a se verem como empreendedores de si mesmos.

A racionalidade neoliberal dissemina valores e métricas de mercado para novas esferas, isso nem sempre assume uma forma monetária; em vez disso, campos, pessoas e práticas são economizados de maneiras que excedem em muito a geração literal de riqueza (Brown, 2016).

Nesse contexto, essa reinterpretação de Foucault sobre o capital humano e o neoliberalismo aponta que:

Enquanto na elaboração clássica esse sujeito econômico era definido como o homem da troca, sua versão neoliberal apresenta-se como um empresário de si mesmo: aquele que compete pela melhor apreciação relativa do seu capital humano. Tem-se, portanto, uma passagem da *troca* ao homem da *concorrência*” (Elias, 2019 p. 14).

Para Brown (2016), o objetivo constante e onipresente do capital humano, seja estudando, estagiando, trabalhando, planejando a aposentadoria ou se reinventando em uma nova vida, é empreender seus empreendimentos, valorizar seu valor e aumentar sua classificação. Além disso, de acordo com Elias (2019, p. 15) “a noção de capital humano também permitirá imprimir novos contornos aos problemas que se colocavam aos entrecruzamentos entre política educacional e economia”.

O capital humano substitui o trabalho. Comensurável com a substituição da troca pela competição pela razão neoliberal e a igualdade pela desigualdade, o capital humano substitui o trabalho na razão neoliberal e transforma trabalhadores em empreendedores.

Nesses aspectos, a teoria do capital humano surge como um fundamento epistemológico de programas de governo<sup>3</sup> que, cada vez mais, possibilitavam uma racionalização econômica dos sistemas de ensino (Elias, 2019). Por isso, é importante antes de tudo compreender o capital humano enquanto formação discursiva, pois ele consolidou uma nova vontade de saber e poder sobre a educação, e isso gerou novas formas de análise dos sistemas de ensino novos conceitos, objetos de conhecimento, técnicas e suportes institucionais.

Embora Foucault não tenha centrado sua reflexão sobre a biopolítica na educação, é importante reconhecer que essa prática, no contexto da governamentalidade neoliberal, envolve estratégias que a atravessam e a mobilizam. A educação precisa ser compreendida não apenas como um processo restrito ao ambiente escolar, mas também como parte da formação dos sujeitos, vinculando saber e poder. Um exemplo disso é sua conexão com a ideia de capital humano, em que o trabalho não se limita a uma força passiva ou meramente produtiva, mas assume um papel ativo, voltado para a contínua autoconstrução e aperfeiçoamento individual.

[...] um capital humano no curso da vida dos indivíduos, que se colocam todos os problemas e que novos tipos de análise são apresentados pelos neoliberais. Formar capital humano, formar, portanto, essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais. (Foucault, 2008, p. 315).

Na economia neoliberal, os investimentos educacionais que vão produzir esse capital humano, excede o aprendizado escolar e profissional. Ele vai desde o tempo que os pais dedicam para a formação de seus filhos, para os problemas de crise sanitária e de proteção a saúde. A atenção médica à saúde do indivíduo é vista como um meio de preservar e potencializar o capital humano, prolongando sua capacidade produtiva. No contexto da governamentalidade neoliberal, a educação torna-se um campo estratégico de investimento, tanto para o indivíduo quanto para empresas e o Estado, com o objetivo de aprimorar esse capital e maximizar seu rendimento.

É importante observamos o quanto essa ideia do capital humano está posta na díade ‘Projeto de vida-empendedorismo’, posta pelo Novo Ensino Médio (Brasil, 2017). Isso se configura a partir de uma ideia de sujeito que precisa ser resiliente e persistente, o que passa a ser algo valorizado pela

---

<sup>3</sup> Segundo Miller e Rose (2012, p.80), os programas de governo seriam a tradução de racionalidades políticas para linguagens que “buscam configurar ambientes e relações específicos por meios consideráveis desejados. [...] Essa traduzibilidade entre as moralidades, as epistemologias e os idiotismos do poder político, e a gestão de um problema específico de espaço, estabelece uma mutualidade entre o que é desejável e o que pode ser tornado possível através de atividades calculadas de forças políticas”.

sociedade, muito embora não seja uma discussão recente, mas que ganhou um destaque dentro da nova propositura do Ensino Médio do país, com expressão da racionalidade neoliberal em seus moldes atuais.

No que se refere a BNCC (2018), Projeto de vida é abordado como uma competência a ser alcançada na educação básica, ao mesmo tempo que deve estimular o protagonismo dos estudantes em relação a sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida ao final do ciclo do ensino médio. Desse modo, a política reforça a necessidade das escolas de assegurar aos estudantes uma formação que os possibilite a fazer “escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos” (Brasil, 2018).

Além disso, a BNCC reforça que as escolas devem incluir em suas propostas pedagógicas ao projeto de vida e a carreira dos jovens “[...] como uma estratégia pedagógica cujo objetivo é promover o autoconhecimento do estudante e sua dimensão cidadã, de modo a orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades” (Brasil, 2018).

Essa discussão sobre Projeto de Vida enquanto componente curricular não é algo novo, pois alguns estados do Brasil, antes da Reforma do Ensino Médio, haviam implantado a proposta, como é o caso de estado como São Paulo e Pernambuco.

O estado de Pernambuco, por exemplo, é referência para outros estados com o modelo de educação integral que contempla o componente curricular projeto de vida. O Programa do governo de Pernambuco apresenta todas as dimensões históricas e concepção quanto ao direcionamento que será empregado pelo componente.

O modelo de educação integral pernambucano teve início com Mendonça como coordenador na implantação dos centros de ensino experimental, em uma entrevista concedida ao Folha de Pernambuco, o ex-ministro da educação afirma ser um modelo necessário não só para Pernambuco, mas para todo o Brasil, “no exemplo da primeira escola em tempo integral do estado, O Ginásio Pernambucano, tivemos a participação fundamental de Marcos Magalhães e outros empreendedores. Para mim, funcionou como uma virada de chave para percepção da força da educação em termos de potencial transformador da realidade social, necessária não só para Pernambuco, mas para todo o Brasil”. O sistema continuou com Eduardo Campos e Paulo Câmara. Atualmente, Pernambuco é o estado com maior rede de escolas no regime integral e virou modelo nacional, assim como o Ceará que teve sua primeira experiência na cidade de Fortaleza, e desde então vem ampliando o ensino médio integrado à educação profissional e em tempo integral em todo o estado.

Ressaltamos que esse modelo de Educação Integral parte da iniciativa do centro de ensino experimental, após essa experiência, que surge da iniciativa de grupos empresariais e políticos, é que se torna uma política institucional no governo de Eduardo Campos e segue como modelo de referência para Mendonça Filho - que estava à frente do Ministério da Educação no Governo Temer - na construção da política do ‘Novo Ensino Médio’.

Segundo Silva e Danza (2022), a implementação do programa de Educação em Tempo Integral resultou em uma expressiva diminuição da taxa de evasão no Ensino Médio e um aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação, nos estados de Pernambuco e Espírito Santo, “1,5% em 2018, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – e no aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) (Brasil, 2018)” (Silva; Danza, 2022, p. 2). Desse modo, esses resultados influenciaram de forma substancial a Reforma do Ensino Médio, que preconiza o Projeto de Vida como um dos principais eixos formativos da educação básica.

É pertinente salientar que o modelo de educação integral pernambucano tem parceria direta com Instituto de Corresponsabilidade pela Educação<sup>4</sup> (ICE), que a partir dessa atuação, foi expandindo-se para outros estados, como por exemplo, o de São Paulo.

O ICE tem sido um ator essencial nesse processo de implementação da reforma do ensino médio no Brasil, tem atuado à frente das formações e modificações necessárias para o processo de efetivação dessa reformulação educacional.

O Instituto se caracteriza como um modelo gerencialista de administração escolar, visto por muitos como o caminho de ‘salvação’ para os problemas educacionais. Essa iniciativa tem como parceiros e mantenedores bancos e empresas privadas (Itaú, Instituto Natura, Instituto Cacau Show, Jeep, entre outros) que mobilizam o discurso de ‘melhorar’ a qualidade do ensino público no país através das ações do ICE.

É possível perceber o avanço do ICE nos estados ao longo dos anos, “desde o seu início de atuação em Pernambuco, observa-se claramente que o modelo de gestão já ampliou significativamente seu território de atuação no país, atingindo estado de quatro diferentes regiões, incluindo realidades socioeconômicas bem distintas” (Carvalho; Rodrigues, 2019, p. 4264). Atualmente o ICE tem atuado em vários estados e em todas as etapas da educação básica, como apontado no mapa.

**Figura 1** – Mapa do Brasil demonstrando a atuação do ICE em 23 estados brasileiros



**Fonte:** Site do ICE, 2023.

<sup>4</sup> O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) é uma entidade sem fins econômicos, motivada a contribuir objetivamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, por meio da Educação Integral em tempo Integral.

Com o surgimento no ano 2000, o ICE, juntamente com seus parceiros desenvolve atividades, que de acordo com a sua proposta tem como foco os Jovem e a construção do seu Projeto de Vida do ensino público no país. Para Carvalho e Rodrigues (2019, p. 4262), “o ICE é, em verdade uma organização social que, com a roupagem de uma função social (presente no discurso da administração moderna), atua ampliando seus territórios e de seus parceiros”, desse modo, esta responsabilidade social vem acompanhada de estratégias para o estabelecimento de interesses privados.

Dentro desse contexto, a atuação do ICE nas escolas pode ser compreendida como um processo em rede, no qual se aproveitam os recursos tecnológicos e informacionais disponíveis. Como Carvalho e Rodrigues (2019) analisam, nesse arranjo, as escolas funcionam como pontos fixos no território, enquanto os fluxos que as percorrem consolidam seus princípios e orientam a lógica que será difundida na sociedade por meio da educação básica.

Estas organizações apresentam, nos dias atuais, grande capilaridade na sociedade civil e política, buscando promover, por dentro e por fora do Estado estrito, seus projetos e programas político-econômicos. Para tal, as organizações têm seus intelectuais orgânicos, uma gama de especialistas que realizam palestras, cursos de formação, escrevem colunas em jornais e revistas da grande imprensa, artigos nas páginas da internet das próprias organizações, buscando influenciar a opinião pública de acordo com os interesses da economia de mercado. (Colombo, 2018, p. 78)

Ball (2014, p. 49) evidencia o quanto existe investimento e disputas em torno das construções políticas que contam com “[...] o papel do setor privado, os atores de políticas do setor privado, as *think tanks* neoliberais e fundações filantrópicas internacionais e negócios”.

Nesse sentido, na atual conjuntura de implementação da política do Novo Ensino Médio, o ICE, que se caracteriza como uma instituição privada, vem atuando em diversos estados brasileiros, sendo responsável pela implementação do componente curricular Projeto de Vida nas escolas. Dentro de todos os elementos que constituem a reforma do ensino médio, a denominada “Escola da Escolha”, tem o ICE como propulsor do modelo. De acordo com o Instituto,

[...] modelo de educação integral idealizada pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação –ICE e desenvolvido como uma nova escola para a juventude brasileira. É um modelo de educação que oferece não apenas uma formação acadêmica de excelência, mas também amplia as referências sobre valores e ideais do estudante e o apoia no enfrentamento dos imensos desafios do mundo contemporâneo. A Escola da Escolha opera com currículo integrado pelos componentes da Base Nacional Comum Curricular e uma Parte de Formação Diversificada, oportunizando experiências contextualizadas ao estudante, considerando suas necessidades e interesses. [...] A Escola da Escolha foi concebida a partir de uma visão de jovem que, ao final da Educação Básica, tenha constituído e consolidado uma forte base de conhecimentos e de valores; não seja indiferente aos problemas reais existentes e se apresente como parte da sua solução; agregue um conjunto amplo de competências que o permita seguir aprendendo nas dimensões pessoal, social e produtiva, executando o seu Projeto de Vida, enfrentando os desafios do mundo contemporâneo (ICE, 2021, p. 1).

É perceptível o forte ideário neoliberal, a partir dos termos utilizados: excelência, valores, ideias, competência, produtividade, soluções são alguns dos interesses que vigoram na conformação desse modelo educacional, “no qual a juventude é explicitamente alvo de captura e de sujeição a serem desenvolvidas pelo currículo” (Unger; Bertoldo; Cardoso, 2022, p. 1604). Nesse sentido, compreendemos que a educação, desde muito tempo, sempre esteve comprometida com o condicionamento e/ou governo da conduta dos sujeitos, que passa a ser percebida com os deslocamentos econômicos de uma racionalidade neoliberal que ressoaram em outros aspectos da vida dos indivíduos, sob as quais a escola passa a ser um espaço de formação de corpos e mentes, um determinante para esse alinhamento.

Como pontuado por Unger, Bertoldo e Cardoso (2022, p. 1605), ao assumir tal modelo educacional como ponto de partida para uma reforma, “a educação ainda aparece como um elemento essencial para as realizações humanas, uma ferramenta que deve preparar o aprendiz para concretizar suas próprias aspirações com o planejamento de seu projeto de vida”, o que inclui inserir-se no mercado de trabalho. Ainda de acordo com as autoras, “o que está em questão é uma educação para o desenvolvimento econômico e social articulada a um discurso humanista. Essa é uma premissa que acompanha o fazer educacional ao longo da história” (Unger; Bertoldo; Cardoso, 2022, p. 1604).

Nesse sentido, temos a perspectiva de que os jovens dentro desse modelo educacional, precisam ser protagonistas e construir um projeto de vida. Essa ênfase no desejo de constituir jovens protagonistas, responsáveis pelas escolhas do futuro, para tomar consciência de seu papel na sociedade e, assim, alcançar a autonomia e a plenitude de amadurecimento, ganha variados contornos nessa proposta educacional. Um dos contornos mais pífio é o “[...] adestramento contemporâneo dos corpos-subjetividades, de que a educação faz parte, diz respeito ao culto ao desempenho; ou seja, a centralidade e a importância atribuídos à performance dos indivíduos e grupos, particularmente nas esferas educacional e profissional” (Gadelha, 2017, p. 130-131).

Concordamos com Foucault (2014), que uma política de coerção tem o poder de manipular, de moldar os corpos e outros elementos que constituem os sujeitos, para que sejam projetados a partir do que almejam. Nesse cenário, é interessante observar como o protagonismo, posto nessa perspectiva do projeto de vida, pode estar revestido de outros significados para a conformação desse jovem de excelência.

Política reformista pautada em um ideário neoliberal, que na definição de Brown (2018), o neoliberalismo em sua fase atual:

busca manifestamente emancipar os indivíduos das redes de regulamentação e intervenção estatais, ele envolve e vincula esses mesmos indivíduos em toda esfera e instituição neoliberalizada da qual participam. Apontando a conduta empreendedora em todos os lugares, ele constrange o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares. Ao mesmo tempo, o sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens. Enquanto o ideal liberal clássico de autonomia e liberdade individual é explorado pelo processo neoliberal de delegação do poder decisório, operacionalidade e responsabilidade aos indivíduos, esse mesmo ideal é esvaziado à medida que a desregulamentação elimina os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desata os poderes do capital corporativo e financeiro, e desmantela aquela clássica solidariedade, própria do século XX, entre trabalhadores, consumidores e eleitores. O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital (Brown, 2018, p. 7-8).

Para a autora o neoliberalismo se apresenta como uma “iteração da racionalidade política neoliberal, em que governos, sujeitos e subjetividades do liberalismo clássico são remodelados, com os princípios de mercado aplicados às diferentes instâncias do social” (Macedo; Silva, 2022, p.8). No entanto, existe outro lado, o qual o Estado e sujeitos passam a ser constituídos por uma lógica que se baseia no modelo de negócios, ao mesmo tempo, os mercados não são autossuficientes, sendo assim, o Estado precisa ser reformado para servi-lo. Na política do Novo Ensino Médio, podemos destacar, a discussão do empreendedorismo de si mesmo, no componente curricular Projeto de Vida, que produz uma nova forma de subjetividade.

A ideia do sujeito como “empreendedor de si mesmo”, responsável pelos seus fracassos e sucessos, e independente de “benefícios” sociais, fortalece o conceito de Capital Humano. Ao transformar os sujeitos em capital humano, o neoliberalismo acaba naturalizando as desigualdades, com isso, normalizando-as. Ao mesmo tempo que o neoliberalismo promete a possibilidade de autonomia e liberdade, tais sentidos

são limitados a determinadas ordens, que minam, entre outros bens públicos, benefícios sociais. (Macedo; Silva, 2022, p. 8).

Nesse sentido, a própria liberdade estaria subsumida na genérica ideia de empreendedorismo. Sob essa perspectiva que tem sido o processo de atuação do ICE, ao direcionar como deve ser trabalhado Projeto de Vida nas escolas, pois possui uma articulação em rede, com diferentes escalas e que se materializam nos cotidianos escolares. Carvalho e Rodrigues (2019, p. 4264) afirmam que essa atuação do Instituto “começa, então, com as orientações mundiais para a escola no “mundo periférico”, passando pelas ações de transformação em Políticas Públicas de Estado (nacional ou subnacional) e atuando diretamente na escola, interferindo no seu cotidiano”. Dentro de um contexto de fragilidades no ensino médio do nosso país, com as indefinições e ausências de políticas públicas que considere essa etapa da educação básica, surge a ideia do modelo gerencialista de administração escolar como caminho de salvação, neste caso, a atuação direta do ICE no chão das escolas.

Destarte, conforme pontuado em Costa (2023), compreendemos assim como Ball (1994), que a política está intrinsecamente ligada às relações de poder, além de se constituir como um campo de múltiplas possibilidades. Ball (1994) assevera ainda esse poder não se manifesta de maneira linear nem segue uma lógica hierárquica estrita, mas deve ser compreendido de forma relacional e teórica. Além disso, a formulação das políticas é questionada pelo discurso e pelos agentes envolvidos, sendo direcionada pelas ações que adotam em contextos específicos. Esse processo de estruturação das políticas resulta em uma ampla rede de relações de poder que influencia não apenas a educação de crianças e adolescentes, mas também a sociedade como um todo, uma vez que esta se constrói a partir da educação. Portanto, temos grupos econômicos que disseminam o discurso de melhoria na educação, como aponta Giroto (2017, p. 436),

o discurso sobre o que deve ser a educação pública no país, pensado em seus conteúdos, práticas e formas de gestão. Daí a retórica presente no site do Banco Mundial, do Todos pela Educação e da Fundação Lehman que, dizendo-se profundamente preocupados com o futuro da educação pública no país, querem, de fato, garantir o avanço do capital sobre esta nova fronteira de valorização.

Dessa maneira, Carvalho e Rodrigues (2019) relatam que o ICE foi idealizado em 2003, com o respaldo do então governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, e de seu vice, José Mendonça Filho, que tiveram papel central na implementação da iniciativa dentro do Poder Executivo. Posteriormente, Mendonça Filho, ao assumir a carga do ministro da Educação no governo de Michel Temer (2016-2018), desempenhou um papel estratégico na aprovação da Reforma do Ensino Médio. Com essa atuação, Mendonça criou condições para a expansão das atividades do ICE em nível nacional, além da propagação de Projeto de Vida enquanto eixo central desse processo reformista, uma vez que o ICE já havia instituído tal modelo educacional no estado de Pernambuco há mais de dez anos.

## **Edu-business no contexto do Projeto de Vida**

Outro conceito que não poderíamos deixar de evidenciar neste texto e que tem relação direta com esse movimento de redes que perpassam nossas políticas educacionais, e aqui neste recorte, de modo específico o Projeto de Vida enquanto componente curricular posto pela reforma do ensino médio, é o *edu-business*.

Edu-business (negócios em educação) refere-se ao processo de mercantilização da educação, no qual empresas privadas passam a atuar como fornecedoras de produtos, serviços e políticas educacionais, transformando o ensino em um setor altamente lucrativo. Ball (2014) observa que há um alcance global

do *edu-business*, que estão sujeitos aos mesmos processos de mercado e de negócios como outras empresas, se concentram em construir grandes conglomerados de educação, informação e tecnologia, não se trata da mera comercialização de materiais didáticos ou tecnologias educacionais, mas inclui também a gestão de escolas, a definição de currículos e a prestação de consultoria para governos e instituições, assim, esses grupos procuram nas políticas educacionais novas oportunidades de negócio.

Ao analisar algumas experiências dos EUA e do Reino Unido, Ball (2014) destaca que no *edu-business*, vemos o crescimento, por meio de aquisições e fusões, de marcas de educação global que comercializam serviços, padrão, produtos e soluções políticas em diversos contextos, além de exercerem influência financeira em relação à política educacional.

No caso brasileiro, temos a proeminência de empresas voltadas ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para o ensino, que operam em um mercado bilionário e cada vez mais interligado à lógica neoliberal da educação. De acordo com o relatório Distrito EdTech Report Brasil (Distrito, 2024) temos a atuação de 898 *startups* que propõem soluções explícitas para a educação. No estudo, a categorização de atuação das empresas é voltada para: plataformas de ensino, ferramentas de estudo, gestão educacional e foco no ensino, viabilização do ensino. No referido relatório temos a proeminência de desenvolvimento de instituições privadas voltadas para o cenário educacional, com apoio e financeirização de grupos empresariais de outros segmentos (tais como: instituições financeiras, entrega de refeição, cosméticos, mineradora, logística e etc.), que tem demonstrado discursos na construção de tecnologias educacionais digitais como de “soluções em geral”, “soluções tecnológicas”, “conhecimento especializado”, “curadoria”, “empreendedorismo”, “soft skills”, “inovação na forma de ensinar como possibilidade de melhorar os resultados ou o acesso à educação” (Distrito, 2024), tais discursos se aproximam da lógica de governança teorizada por Brown (2015), que tem por finalidade apresentar soluções gerenciais orientadas por consenso para os problemas, quando na verdade, tem como seu oposto manobra partidária ou intermediação de políticas, pluralismo de grupos de interesse, conflito e luta de classes. Dessa maneira, Ball (2014, p. 24) alerta para a “disseminação de soluções privadas e empreendedorismo social aos problemas da educação pública”.

Para Ball (2014) esse mecanismo trata-se do projeto de enraizamento neoliberal que ocorre a partir da relação entre empresas (internacionais, nacionais e locais), políticas e estado, o que se configura como redes políticas direcionadas a educação que se proliferam, com diferentes atores envolvidos. Nesse sentido, a análise da política educacional deve considerar a amplitude dos interesses que essas relações revelam, devendo “ampliar sua esfera de ação além do estado e do papel das agências multilaterais e organizações não-governamentais, para incluir práticas de negócios transnacionais” (Ball, 2014, p. 155).

Ainda em relação a essa perspectiva educacional global, Ball (2014) pontua que “o papel da própria política como oportunidade de lucro para *edu-business* globais”, o que envolve a venda, a nova filantropia e a “doação de políticas e de serviços educacionais, bem como a participação dessas empresas nas comunidades de política educacional nacional e internacional e no trabalho de mobilidade política” (Ball, 2014, p. 155).

Nesse sentido, temos grupos privados que atuam nas discussões, implementações e reformulações das políticas educacionais brasileiras. É o caso da atuação do ICE com a perspectiva de Projeto de Vida, sendo um dos parceiros do Estado nessa efetivação. Segundo Araújo (2020), o “ICE passou a representar legalmente um conjunto de empresas e fundações” (p. 57) nacionais e internacionais.

Desse modo, o ICE vai se valer dessas soluções fáceis para problemas complexos. Tem-se a Escola da Escolha e a atuação direta da OS na implementação do componente Projeto de vida nos estados, por apresentar essa centralidade que tem como foco soluções prontas para resolver os

problemas das juventudes e também do próprio ensino médio brasileiro. De acordo com as informações disponíveis no site Instituto, verificamos que em janeiro de 2025, a “Escola da Escolha” possui atuação no âmbito do ensino médio de 20 estados brasileiros, além de possuir parcerias com o Instituto Sonho Grande – gerido pelo ex-vice-presidente do conglomerado de edu-business Kroton, Instituto Natura e Viven – Cidadãos para um Amanhã Melhor.

Portanto, nessa perspectiva Projeto de Vida serve para promover o discurso do empreendedorismo de si, o que implica na expansão neoliberal, e demonstra consonância com as análises de Dardot e Laval (2016) de que há uma introdução dos dispositivos de mercado e estímulos mercantis, ou quase mercantis, em todos os domínios para conseguir que os indivíduos se tornem ativos, empreendedores, protagonistas de suas escolhas, e, assim, construam novas exigências os coloquem em situações em que são obrigados a escolher entre ofertas alternativas e incitados a maximizar seus próprios interesses.

### **Considerações finais**

O Novo Ensino Médio e a inclusão do componente Projeto de Vida refletem uma reformulação curricular profundamente imbricada nos princípios do neoliberalismo, apresentando o capital humano e o protagonismo individual como pilares centrais. Ao fortalecer a educação como investimento pessoal e ferramenta de inserção no mercado de trabalho, essa reforma promove uma concepção de sujeito empreendedor, resiliente e responsável pela própria trajetória, delegando à educação o papel de formador de indivíduos autossuficientes e competitivos.

Nesse contexto, o papel das instituições privadas, como o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), e seus financiadores no processo de implementação de políticas educacionais evidenciam uma crescente influência do setor privado sobre as diretrizes educacionais brasileiras. A promoção do protagonismo juvenil e a construção de projetos de vida são articuladas para atender às demandas do mercado, evidenciando uma educação moldada pela lógica de desempenho e produtividade. Esta configuração, ao mesmo tempo que sempre prepara o jovem para a autonomia, opera um controle subjetivo e disciplinar sobre os corpos, acontecendo à maximização do capital humano.

De acordo com autores como Brown (2016) e Foucault (2008), a racionalidade neoliberal propõe uma “emancipação” que aprisiona o sujeito em normas mercadológicas, privando-o de proteções estatais e solidárias e tornando-o vulnerável às contingências do capital. Dessa forma, a política educacional atual, ao se moldar por essa lógica, sustenta uma formação permeada por uma subjetividade neoliberal, promovendo, sob a retórica da autonomia e da escolha, a conformação de um sujeito ideal que se alinha ao modelo econômico vigente.

Portanto, a implementação do Novo Ensino Médio representa mais do que uma adequação curricular: é uma reconfiguração ideológica que coloca em debate o papel da educação como instrumento de formação crítica ou como mecanismo de adaptação aos interesses do mercado.

## Referências

- ARAÚJO, Micilane Pereira de. *O público e o privado no processo de expansão da política de educação integral de Pernambuco: Uma Análise do Currículo, da Oferta Educacional e da Gestão das Escolas de Referência em Ensino Médio*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2020.
- BALL, S. J. *Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BALL, S. J. *Some reflections on policy theory: a brief response to Hatcher and Troyna*. Journal of Education Policy, London, v. 9, n. 2, p. 1- 29. 1994.
- BRASIL. *PL 844/2022*. Concede vale (voucher) educacional a estudantes da educação básica com recursos oriundos do FUNDEB. Brasília, Câmara dos Deputados, 2022.
- BRASIL. *PL 1930/2019*. Revoga a Lei nº 12.612, de 13 de abril 2012, que declara Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Brasília, Câmara dos Deputados, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 13.415/2017*. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. *PL 1859/2015*. Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Brasília, Câmara dos Deputados, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2018.
- BROWN, W. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2016.
- BROWN, Wendy. *Cidadania Sacrificial - Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- CARVALHO, L. E. P.; RODRIGUES, R. B. F. *Gerencialismo privado na educação pública: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na Paraíba*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: POLÍTICAS, LINGUAGENS E TRAJETÓRIAS, 14., 2019. Anais [...] São Paulo: Unicamp, 2019. p. 4261-4274. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3237/3102>. Acesso em: 15 out. 2022.
- COSTA, Regina Alice Rodrigues Araújo. *Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras: os discursos do movimento Escola Sem Partido*. 2023. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.
- COLOMBO, Luiza Rabelo. *A frente liberal-ultraconservadora no brasil – reflexões sobre e para além do movimento escola sem partido*. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DISTRITO. *EdTech Report*. São Paulo: Distrito, 2024. Disponível em: [https://pitchdeck.hypermatic.com/slides/u\\_ME95SDdTUEVReFZlR29oNGdoUnotbHZkeHZkeTEzOTQyNg==/?token=bTRWXoJZdipPjG1iZXY%3D&utm\\_campaign=edtech\\_report\\_2024&utm\\_medium=email&\\_hsenc=p2ANqtz-\\_6LbpkPxZHCqZEdGCrYzpuTnE6rIhtfepukIWovtkp74b5CS\\_lfkN5OFBbHoPlx8IogrHy3wVQBuziyjPAtaFyRRxw&\\_hsmi=304156012&utm\\_content=304156012&utm\\_source=hs\\_automation](https://pitchdeck.hypermatic.com/slides/u_ME95SDdTUEVReFZlR29oNGdoUnotbHZkeHZkeTEzOTQyNg==/?token=bTRWXoJZdipPjG1iZXY%3D&utm_campaign=edtech_report_2024&utm_medium=email&_hsenc=p2ANqtz-_6LbpkPxZHCqZEdGCrYzpuTnE6rIhtfepukIWovtkp74b5CS_lfkN5OFBbHoPlx8IogrHy3wVQBuziyjPAtaFyRRxw&_hsmi=304156012&utm_content=304156012&utm_source=hs_automation). Acesso em: 20 jun. 2024.

ELIAS, André Felipe Dutra Martins Rocha. *Do planejamento educacional à gestão por incentivos: percursos da economia da educação e seus rastros neoliberais*. 2019. 207f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no College France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Polemics, Politics and Problematizations. In: RABINOW, Paul (ed.). *The Foucault Reader*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIROTTO, E. D. *Dos PCNs à BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal*. Geo UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

GADELHA, Sylvio. Desempenho, gestão, visibilidade e tecnologias como vetores estratégicos de regulação e controle de condutas na contemporaneidade. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 113-139, 2017.

GROSS, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 19, n. 54, 2004.

ICE. *Instituto de Corresponsabilidade pela Educação*. Um novo jeito de ver, sentir e cuidar dos estudantes brasileiros. ICE, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

INSTITUTO MILLENIUM. *Quem somos* (2023). Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MACEDO, E. F. de, & SILVA, M. S. da. A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida: promessa neoliberal-conservadora en las políticas curriculares del bachillerato: la felicidad como propósito de vida. *Revista Educação Especial*, v. 35, e55/1–23, 2022.

REIS, Diego dos Santos. A arte neoliberal de governar e a teoria do capital humano: perspectivas críticas em educação e trabalho. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1076-1093, set - dez 2020.

SILVA, Marco Antonio Morgado; DANZA, Hanna Cebel. Projeto de vida e identidade: Articulações e implicações para a educação. *Educação em Revista*, v. 38, p. 1-21, 2022.

SANTOS, Marcos Ricardo dos; CAMARGO, Anamaria; REGAZZINI, Leonardo. *Um plano Robin Hood para a educação no Brasil*: uma estratégia para melhorar a equidade e a qualidade do ensino sem aumentar o gasto público. [s.d.]. Disponível em: [https://institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2023/05/2LO\\_PAPER\\_EDICAO-11\\_CAI.pdf](https://institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2023/05/2LO_PAPER_EDICAO-11_CAI.pdf). Acesso em: 08 jan. 2025.

UNGER, Lynna Gabriella Silva; BERTOLDO, Tássia Alexandre TeixeiraL; CARDOSO, Lívia de Rezende. A Escola da Escolha e suas produções curriculares para a juventude, o futuro e a diferença. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1603-1632, out./dez. 2022.

---

RECEBIDO: 31/10/2024

APROVADO: 28/01/2025

PUBLICADO: 18/03/2025

RECEIVED: 10/31/2024

APPROVED: 01/28/2025

PUBLISHED: 03/18/2025